



ACEBRA DISCUTE TCFA EM REUNIÃO NO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

E mais: o que foi discutido nas reuniões das Câmaras Setoriais da Soja e do Milho e Sorgo.



TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TCFA)

O Diretor Executivo da ACEBRA, Roberto Queiroga, participou de uma reunião com a secretária executiva do Ministério do Meio Ambiente, Ana Maria Pellini, a fim de tratarem sobre a reformulação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). A agenda ocorreu após os esforços despendidos pelo Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS), e contou ainda com a participação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da

Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), e representantes dos setores de carnes, frigoríficos e combustíveis.

O posicionamento da ACEBRA foi veemente quanto às taxas abusivas que são praticadas e quanto aos transtornos decorrentes dessa cobrança, relacionados ao enquadramento das atividades. Todos os setores representados na reunião afirmaram compartilhar do mesmo problema. A Secretária Executiva, Ana Pellini, demonstrou profundo conhecimento sobre o assunto e se mostrou muito sensível às demandas apresentadas. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Eduardo Fortunato Bim, estava a par do assunto e participou da reunião por telefone.

Um grupo de trabalho foi formalizado a fim de propor a adoção de alternativas imediatas que independam de alterações na legislação, para que o Ibama analise internamente e dê uma resposta rápida às reivindicações colocadas.

CÂMARA DA SOJA

Apesar das preocupações relacionadas ao retorno das negociações entre os EUA e a China, bons ventos sopram a favor do Brasil com a guerra comercial entre os dois países. Esse tema e as estimativas para a safra de soja foram alguns dos assuntos abordados na reunião ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, realizada na quarta-feira (27), em Brasília.

Após os comentários sobre as preocupações relacionadas às novas diretrizes do Governo quanto ao crédito rural, o diretor executivo da ACEBRA, Roberto Queiroga, aproveitou a abordagem e comentou que “a ACEBRA mantém o seu apoio em fomentar o seguro rural como alternativa a diminuição dos subsídios ao crédito, mas que se o governo adota um discurso liberal, é preciso se espelhar também quanto à relação das questões tributárias. É preciso uma coerência nesse ponto e que o Governo promova uma ação junto ao CONFAZ em prol da prorrogação do Convênio 100/97”.

O analista de mercado da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Leonardo Amazonas, falou sobre as elevadas precipitações que ocasionaram perdas consideráveis na safra 2018/2019 de soja, e afirmou que, se não acontecer mais nenhum imprevisto até o fim da colheita do grão, a produção brasileira deve chegar a 114 milhões de toneladas.



CÂMARA DO MILHO E SORGO

Na reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, que aconteceu também nessa quarta-feira (27), no Ministério da Agricultura, o representante da União Nacional de Etanol de Milho (UNEM), Glauber Silveira, apresentou dados sobre o mercado nacional do etanol, que cresceu consideravelmente em pouco tempo. Em 2028, estima-se que sejam usadas 17 milhões de toneladas do grão para a produção do combustível.

Thomé Guth, analista de mercado da Conab, falou sobre a oferta e a demanda de milho no mundo. Guth comentou que a guerra comercial entre EUA e China tem reflexos na cadeia produtiva do milho brasileiro, uma vez que o plantio de soja no país americano deve reduzir e a área plantada de milho deve aumentar. Sobre estimativas para a colheita nacional do grão na safra 2018/2019, Guth afirmou que a produção total deve alcançar 168 milhões de toneladas.

Sérgio Bortolozzo, presidente da câmara, falou do endividamento rural e sobre sua preocupação com as declarações do governo, de que “vai buscar dinheiro onde tem: no agro”. Bortolozzo comentou que, em conversa com o deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), este se mostrou otimista quanto ao andamento da proposta para a criação do Fundo de Aval Fraternal, que tem como um dos objetivos combater o endividamento dos produtores rurais.